

A GEOPOLÍTICA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RETOMADA DO DIÁLOGO

Eduardo Donizeti Giroto*
David Augusto Santos**

RESUMO: O presente artigo visa discutir a importância dos conhecimentos geopolíticos na construção de estratégias didáticas que permitam aos alunos uma melhor compreensão da territorialidade dos fenômenos contemporâneos. Durante muito tempo tal conhecimento foi negligenciado na educação básica, muito mais por preconceito do que por uma análise séria das contribuições que poderia dar na formação dos jovens. Na atualidade, em decorrência da complexidade dos fenômenos mundiais, a geopolítica tem ganhando espaço como conhecimento essencial na interpretação e na construção de uma leitura geográfica do mundo. Os exemplos da importância e da utilização deste conhecimento que aqui apresentaremos resultam de experiências desenvolvidas no Ensino Superior e na Educação Básica e visam demonstrar a necessidade de uma aproximação urgente entre geopolítica e ensino de geografia.

*Professor Assistente do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

** Mestrando em Geografia Humana (PUC/SP). Professor de Geografia do Ensino Médio na Rede Pública Municipal de São Caetano do Sul.

GEOPOLITICS AND GEOGRAPHY EDUCATION: TEACHING STRATEGIES FOR THE RESUMPTION OF DIALOGUE

ABSTRACT: This article aims to discuss the importance of geopolitical knowledge to build teaching strategies that allow students a better understanding of contemporary phenomena of territoriality. For a long time this knowledge has been neglected in basic education, much more by prejudice than by a series of contributions that analysis could take in training young people. Currently, due to the complexity of global phenomena, geopolitics has gained importance as essential knowledge in the interpretation and construction of a geographical reading of the world. The examples of the importance and use of this knowledge that we present here results of experiments carried out in the Higher Education and Basic Education and aims to show the urgent necessity of a rapprochement between geopolitics and geography education.

Palavras-chave: Geopolítica; Ensino de Geografia; Situações Didáticas.

Key-words: Geopolitics; Geography Education; Didactic Situations.

Introdução

Enquanto campos científicos, a geografia e a geopolítica possuem trajetórias semelhantes, como aponta Wanderley Messias da Costa em seu trabalho de livre docência, analisando o caso específico da relação entre geografia política e geopolítica (2008). Esta indistinção inicial entre os dois campos, apontada pelo autor, foi substituída, na atualidade, por uma separação teórico-metodológica quase total, o que se contrapõe ao processo histórico de relação entre os mesmos. Se retornarmos a Antiguidade, tanto Ocidental quanto Oriental, constataremos a existência de uma relação intrínseca entre estes dois saberes, principalmente no que dizia respeito à análise da relação entre uma determinada forma de poder e uma conseqüente organização territorial. Tal relação se pautava na necessidade de manter o controle e a ordem social a partir, também, de um controle territorial. Desta necessidade, uma série de conhecimentos e habilidades foram desenvolvidas e transmitidas entre os detentores do poder como uma das mais poderosas armas. Em um momento no qual as armas de fogo ainda não existiam, o domínio de um grupo social sobre o outro dependia, essencialmente, do confronto entre as melhores estratégias territoriais. Isto pode ser visto em qualquer uma das grandes batalhas da antiguidade: Maratona, Termópilas, etc... Até os dias atuais, muitas destas batalhas são alvos de estudos atentos por exércitos de diversas partes do mundo, em uma clara demonstração de que o conhecimento sobre o controle e a organização do território permanece fundamental, ainda mais em um mundo que, de fato, se tornou, "mundial".

No entanto, apesar de verificarmos diariamente tais estratégias de controle territorial sendo colocadas na prática, seja pela ação de corporações transnacionais que buscam melhores áreas para a produção e realização da mais valia, seja pela ação de Estados Nacionais que produzem guerras e conflitos com vistas a ter acesso a reservas importantes de matérias-primas, pouco ou nada temos contribuído, como professores, para que nossos alunos possam construir interpretações mais profundas e ricas em detalhes sobre tais fenômenos. Na prática cotidiana em sala de aula, insensivelmente, acabamos por naturalizar esses fenômenos que são, essencialmente, políticos. Em nosso caso específico, como professores de geografia, isto se torna um equívoco ainda maior, uma vez que a geopolítica se constitui enquanto um dos conhecimentos fundamentais desta ciência. A própria história da geografia revela este fato. No centro da fundação deste conhecimento como campo de estudo da ciência moderna, na segunda metade do século XIX, encontra-se uma disputa geopolítica entre os principais Estados Europeus, principalmente França e Alemanha (RIBEIRO, 2009). Não se poder ler a história do pensamento geográfico sem se compreender a Guerra Franco-Prussiana e sua influência nas razões e paixões dos primeiros geógrafos.

Este contexto beligerante explica, mesmo que de forma parcial, a relação, de início, entre a geografia e o Estado. Como conhecimento sobre o território, a Geografia era vista como fundamental em um momento da história no qual a palavra dominante era Imperialismo. As disputas entre a Geografia Alemã e a Geografia Francesa, para além das interpretações rasas que nos fazem acreditar na dicotomia entre Possibilismo e Determinismo, são antes disputas, entre dois ideólogos do Estado.

Esta relação entre a Geografia e o Estado visto nas obras de Ratzel, La Blache e tantos outros, resultou no fato de que, durante muito tempo, a geografia foi acusada de não possuir validade enquanto campo científico. Tratava-se, segundo os seus acusadores (vale ressaltar os ataques feitos por Lucien Febvre à obra de Ratzel), de um conhecimento-estratégia, forma de controle e manipulação por parte do Estado sobre a população. Estas mesmas acusações foram

feitas contra alguns dos primeiros geógrafos brasileiros, principalmente Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho. Estas acusações estão entre os principais motivos que levaram a recusa, por parte de muitos geógrafos, de desenvolverem conhecimentos e pesquisas no campo da geopolítica. Esta recusa, por sua vez, transformou o conhecimento geopolítico em algo restrito, dominado por alguns grandes grupos. Vale ressaltar que o desenvolvimento dos conhecimentos geopolíticos ocorridos no Brasil durante o século XX esteve intimamente ligado a autores militares como Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Um dos poucos autores civis a participarem deste processo foi Josué de Castro, que teve um importante papel no processo de difusão de estudos relacionados à geopolítica.

Neste sentido, uma contradição se instaura. Recuado no interior da geografia, em um mundo marcado, como vimos, por interesses cada vez mais territoriais, a geopolítica se tornou um conhecimento restrito e cobijado. Se há no campo da geografia uma escassez de análises geopolíticas, por outro lado, há um excesso de ações fundamentalmente geopolíticas. E daí, portanto, a necessidade de retomar a geopolítica como um conhecimento fundamental na construção de uma análise geográfica em diferentes níveis, principalmente na formação do aluno da educação básica.

A geografia e a geopolítica: o diálogo interrompido

Um breve olhar sobre os principais livros didáticos utilizados na primeira metade do século XX nos permitirá compreender as relações que existiam entre geopolítica e o ensino de geografia no momento em que a Geografia se institucionalizava como conhecimento científico. Não cabe, neste artigo, analisar todo este material. Restringiremos nossa análise à obra de dois dos principais autores de livros didáticos daquele momento: Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho.

É perceptível a influência de diversas idéias geopolíticas na obra dos dois autores. Os principais conceitos que os mesmos utilizam na construção de seus respectivos materiais, como território, povo, nação são herdados de uma geografia política, ora de origem Alemã, ora de origem francesa que diferem muito mais nos meios do que nos fins. Para tais autores, se a geopolítica surge como conhecimento atrelado à necessidade de controle e expansão territorial, a geografia seria, então, um conhecimento fundamental para a construção da identidade nacional, sem a qual se torna impossível qualquer possibilidade de expansão territorial.

Neste sentido, a geografia destes dois autores e que é expressa de forma clara em seus livros didáticos, tem como principal objetivo cultivar nos jovens “o amor pela pátria”. Tal amor, segundo os mesmos, só se dá pelo conhecimento do país, de suas regiões culturais e naturais, de sua população. Vale ressaltar que esta mobilização em torno de um projeto de nação para o Brasil pode ser verificado também na obra de autores de diversas áreas: Fernando Azevedo (Educação), Caio Prado Jr (História), Celso Furtado (Economia), Sérgio Buarque de Holanda (Sociologia). A chamada geração de 30, que se propôs a pensar o Brasil a partir da análise dos sentidos deste país e, com isso, propor um projeto de sociedade, tinha na geografia também os seus representantes. Não se tratava apenas de pensar uma geografia para poucos. Para tais geógrafos, apenas a compreensão do homem simples sobre a geografia de seu país poderia contribuir na construção de um projeto nacional. E esta discussão se torna explícita nos materiais didáticos produzidos por estes autores e que nortearam o ensino de geografia no Brasil por muitas décadas. Em material destinado ao 3º ano do Colegial, Aroldo de Azevedo aponta esta relação entre o ensino de geografia e o projeto de nação:

Urge que essa mocidade, a quem é dedicado e de quem o Brasil tanto espera penetre nas Universidades ou na vida prática tendo uma visão panorâmica da realidade nacional, sem exageros ridículos nem pessimismos que nada constroem, a fim de que possa orientar seus estudos e suas atividades futuras no sentido de encontrar soluções felizes para os problemas que nos assoberbam, mas que longe estão de ser intransponíveis. Dispomos de vantagens que outros países não conhecem: somos um povo jovem, ainda em formação, que tem diante de si uma longa estrada a percorrer; as dificuldades do presente só devem ser encaradas como estímulos para a realização de grandes tarefas, que a nossa inteligência e o nosso bom-senso saberão executar com absoluto êxito. (AZEVEDO, 1956, p.8)

Da mesma forma, Delgado de Carvalho aponta as potencialidades que o estudo da geografia pode trazer para a construção de um projeto nacional, bem como a projeção do Brasil no cenário regional e mundial. Esta projeção, por sua vez, só pode correr se, em tais estudos, forem considerados os aspectos geopolíticos da organização social e territorial brasileira. Tal preocupação está explícita nas principais obras do autor que quase sempre se iniciam com uma discussão acerca dos aspectos geopolíticos brasileiros. As análises desenvolvidas apontam para a necessidade de se atentar para aquilo que o autor denomina de “Posição Geopolítica Brasileira”, que seja, uma análise pautada nas problemáticas territoriais tanto internas como externas que contribuem na configuração do poder nacional e regional. Na construção de tal análise, Delgado de Carvalho desenvolve um diálogo profícuo com os principais autores geopolíticos brasileiros e com as teorias desenvolvidas pelos mesmos.

Para Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho evidente está a importância de se compreender a geografia do país, aqui pensada nas diversas paisagens e fenômenos presentes, para que a partir deste conhecimento possa se enfrentar os desafios do futuro. O discurso construído pelos autores revela que o ensino de Geografia não pode ser pensado como algo pouco importante, desprovido de valor e relevância social. Ao contrário, é a partir do mesmo que de fato pode se iniciar o processo de construção de um projeto nacional a partir da vulgarização da geografia, sem que isso signifique diminuir suas leituras e debates. Nesta construção, há um intenso diálogo entre a geografia e a geopolítica por intermédio de conceitos e categorias fundamentais na elaboração destes dois conhecimentos.

Vale ressaltar que esta aproximação entre geopolítica e geografia foi um dos principais motivos de desconstrução da importância da obra de Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho no campo científica da geografia. Tal desconstrução teve origem, principalmente, nas críticas realizadas a partir da década de 1970 pelos teóricos da chamada Geografia Crítica. A acusação que estes autores sofreram diz respeito ao fato de que esta geografia nacionalista estava diretamente ligada ao Estado autoritário da época de Vargas, sendo também utilizado como ideologia pelos governos militares pós-64. Porém, vale ressaltar que o ideal nacionalista presente nas obras analisadas não se identifica com um modelo de Estado específico (não há nestas obras nenhum estudo científico sobre as origens e as formas do Estado), mas sim “um amor pela terra, pelo país”. Evidente está que se tratam de obras escritas por dois autores de origem aristocrática, ligados às classes dominantes e, muitas vezes, com amplo diálogo com as forças armadas (como é o caso de Delgado de Carvalho). Mas, simplesmente acusá-los de ideólogos do Estado ou de fazerem uma geografia desprovida de rigor científico é desconsiderar o importante trabalho desenvolvido por estes autores, tanto no processo de institucionalização da geografia brasileira, como na ampliação de seus fundamentos como disciplina escolar.

Da crítica ao esvaziamento

A obra mais importante no que diz respeito à relação entre Geografia e Estado foi o livro que já se tornou um clássico do pensamento geográfico publicado por Yves Lacoste na década de 1970 “A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra”. Nesta obra, o autor discute a dualidade do conhecimento geográfico: de um lado, a Geografia do Estado Maior, conhecimento estratégico, fundamental para a estruturação e a manutenção do poder; do outro lado, a geografia dos professores, descritiva, enfadonha e que tem como, principal objetivo, distanciar alunos e professores da geografia do Estado maior que permanece, assim, restrita. Porém, as críticas apresentadas no livro surtiram, pelo menos no Brasil, um feito contrário. A Geografia daí nascente, denominada de crítica (como se antes dela não houvesse crítica), restringiu as discussões sobre Poderes, Estados, Territórios ao campo acadêmico, permanecendo assim a geografia dos professores, tão criticada por Lacoste, como elemento dominante nas escolas públicas. Ao invés de se construir a crítica que propunha a necessidade de um conhecimento geográfico significativo para todos, como discutia Lacoste em sua obra, a Geografia Crítica criou mais um campo de pesquisadores especializados. Neste processo, aprofundou-se a divisão entre a geografia que se ensina e aquela que se pesquisa.

Este quadro acentuou-se com a aprovação da lei 5692/71 que transformou as disciplinas de geografia e história em Estudos Sociais, além de permitir a formação de professores por meio das licenciaturas curtas. Com isso, a formação dos professores de geografia passou a ocorrer de forma bastante precária, em faculdades particulares e, muitas vezes, como complementação do curso de história. Nesta formação, o modelo descritivo, pautada na dualidade homem e meio se tornou dominante, esvaziando-se assim as preocupações políticas, tanto aquelas presentes no movimento da Geografia Crítica, quanto as que compunham as obras de Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho.

Neste sentido, no exato momento no qual os processos ligados a reprodução ampliada do capital se tornavam cada vez mais mundializados por meio das mudanças tecnológicas verificadas a partir de 1970, a formação dos professores de geografia foi transformada em um processo aligeirado e que produzia, assim, um professor cada vez menos preparado para construir com os seus alunos as interpretações necessárias à geografia contemporânea. O modelo de geografia enfadonha, descritiva, tornou-se dominante nas escolas públicas brasileiras e contribuiu para que o processo crítico de expansão do capital ocorresse sem maiores questionamentos. Tal expansão, por sua vez, resultou em diferentes ordenamentos territoriais e estratégias geopolíticas de manutenção do poder sobre certas áreas do mundo, sem que com isso, na educação básica, fossem construídos momentos significativos de interpretação destes fenômenos. A separação entre a Geografia do Estado Maior e a Geografia dos Professores nunca esteve tão nítida e ao mesmo tempo tão estanque, tão pouco questionada. E este fato se torna mais alarmante quando reconhecemos a importância da obra de Yves Lacoste e sua divulgação nos meios acadêmicos e quando observamos que estas novas territorializações do capital estão presentes na vida cotidiana em diversos lugares, inclusive na sala de aula.

O Ensino de Geografia e o Império da Informação e da Imagem

Do ano da publicação da obra de Lacoste aos dias atuais, inúmeras mudanças ocorreram, transformando o mundo em que vivemos em algo muito mais complexo. Os impactos destas

¹⁴De fato, paradoxalmente, o mundo da imagem é dominado pelas palavras. A foto não é nada sem a legenda – legendum –, isto é, com muita frequência, lendas, que fazem ver qualquer coisas. Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar a existência”. (BORDIEU, 1992: 26).

mudanças são perceptíveis para aqueles que lidam diariamente com os alunos e alunas das diversas escolas públicas do Brasil. Um dos elementos mais importantes e que traz implicações radicais para o ensino de geografia diz respeito ao fato de que, a todo instante, o mundo invade a vida de nossos alunos. Esta invasão se dá pela TV, internet, celular, videogame. E é com esta torrente de informações que precisamos lidar. Não se trata de tarefa fácil. De certa forma, grande parte destas informações já vem com “pseudo-explicações” que buscam muito mais ocultar interesses e ideologias do que explicar algo. O que dizer da cobertura da mídia sobre o mundo islâmico ou a Venezuela? O que falar da “raiva” que algumas TVs demonstram durante o período eleitoral, principalmente contra os partidos de esquerda? Se não levarmos em conta o fato de que nossos alunos vêm para as aulas carregados de ideologias correremos o risco de afastarmos os mesmos das possibilidades de uma interpretação mais ampla do mundo.

Difundida de forma veloz e com o intuito de se espalhar geograficamente por diversos territórios de forma quase simultânea, a informação se tornou, em uma inversão do sentido, sinônimo de conhecimento. Em certa medida, aqueles autores que afirmam ser esta a sociedade do conhecimento tomam como idênticos os dois termos. Mas o que significa, de fato, a informação? Em nossa perspectiva, a informação é o campo da ideologia transmutada em neutralidade. Sua produção e difusão estão diretamente relacionadas aos interesses hegemônicos do novo senso comum. Além disso, configura-se enquanto o reino da superficialidade. Um breve olhar em qualquer telejornal e logo perceberemos que ao final daqueles 30 minutos, quase nada foi alterado acerca daquilo que sabíamos sobre a realidade, produzindo o efeito que ARBEX Jr. Denomina de Showrnalismo (2001). Para o autor,

A televisão adquiriu o poder de definir o que será ou não um acontecimento político, assim como o âmbito geográfico em que esse acontecimento será conhecido. Claro, esse poder não é absoluto; excepcionalmente, as circunstâncias podem se impor à vontade das grandes corporações da mídia. Mas isso é a exceção, não a regra. O acontecimento político (e, mais amplamente, social e/ou cultural) adquire as características de um grande show. Ora, uma das conseqüências da prática de apresentar o jornalismo como o showrnalismo é o enfraquecimento ou total apagamento da fronteira entre o real e o fictício (ARBEX Jr., 2001, p. 32)

Além disso, a informação é tirânica, autoritária, rua de mão única. Não há espaço para o diálogo, para a contestação, para a crítica. A aceitação é o fundamento para que a informação se realize enquanto ideologia. Para tanto, porém, é preciso que se reconheça o privilégio de que apenas alguns podem produzir informações. Os agentes hegemônicos do capital transfiguram seus interesses a partir do discurso que sustenta a imparcialidade jornalística. Tal discurso busca construir, inclusive, o jornalismo como campo científico, como saber neutro, dotado de regras e procedimentos indiscutíveis. Porém, enquanto arma fundamental para a construção de consensos é o jornalismo mais um ramo no interior desta racionalidade científica que tem como principal objetivo reproduzir as condições de exploração do homem pelo homem.

Além disso, a informação se difunde também enquanto imagem e com ela guarda estreita relações. O império da informação e da imagem estão na base daquilo que DEBORD (2001) denomina sociedade do espetáculo, na qual as relações sociais passam a ser mediadas por imagens e pelas narrativas que elas guardam¹. O novo senso comum eleva a campo do conhecimento científico também a publicidade e a propaganda, essenciais a reprodução do modo de produção capitalista. Todo o funcionamento da publicidade e da propaganda tem sua atuação no nível do desejo, do imediato, do inconsciente. A publicidade e a propaganda têm por

objetivo instigar o consumo imediato, criando assim o consumidor incapaz de refletir sobre suas ações porque incapaz de perceber que age. Não é mais a racionalidade e a sensatez que comandam as ações do consumidor, mas o desejo não reprimido da realização imediata do prazer. É neste contexto que o modo de produção capitalista produz o fenômeno da aceleração contemporânea: não é apenas um fenômeno ligado a aceleração da movimentação, do trânsito, mas um fenômeno diretamente ligado a aceleração do tempo de giro da mercadoria, da realização dos desejos no nível do inconsciente.

A sociedade do consumo de imagens é, portanto a sociedade do imediato. Não é uma sociedade do presente; pelo contrário, nela não pode haver presente, porque não há passado e nem futuro. O que resta apenas é um incessante repetição que tem por base a lógica da produção-consumo de imagens-mercadoria. Se não há história e nem memória, não pode haver passado, nem presente, nem futuro. O ontem foi igual ao hoje, e o que os diferencia do agora? E do depois? A tirania do momento que se encerra em si mesmo e que tem por lógica a repetição ad infinitum, define a temporalidade atual do modo de produção capitalista. É neste sentido que a sociedade do espetáculo é também a sociedade do vazio. Do vazio, no sentido em que as formas não têm mais necessidade de conteúdos e os conteúdos possuem prazo de validade. Duram o tempo de um instante; precisam se reproduzir apenas como formas e é neste processo que se tornam imagens. A forma carro carrega consigo, na atualidade, a imagem do que é a liberdade. Não há liberdade senão no consumo; talvez seja esta a frase que a imagem do automóvel quer ocultar. Todos os conteúdos, então, são resumidos nas suas formas, ou melhor, nas suas imagens, e passam a definir o imaginário coletivo, a partir de sua função de mediação. Se a mercadoria destruiu as relações humanas, transformando-as em relações entre coisas, a imagem redefiniu esta relação a partir de si mesma. Cada homem não se relaciona mais entre si, mas entre imagens, a partir da construção de seu imaginário, construção esta que se realiza como determinação externa.

Neste sentido, aos poucos os meios de comunicação tem substituído, no nível do senso comum, o lugar da escola enquanto produtora do conhecimento válido. A relação que os meios de comunicação estabelecem com a escola passa pela reafirmação do discurso competente e pela subordinação da mesma aos interesses hegemônicos que tais meios representam. Quando um professor é chamado para realizar algum comentário na TV² ou em um jornal escrito, sua linguagem deve se adequar aos critérios das informações, seus pensamentos aos interesses da redação que, em última instância, respondem aos desígnios do capital. O império da informação e da imagem, sustentáculos da sociedade do espetáculo, realiza o desejo de controle total da sociedade, descrito de forma primorosa no livro “1984” de George Orwell, marcada pela dualidade difusão-concentração. Em um primeiro momento, a sensação que temos é de que a informação e a imagem estão presentes, de forma igualitária, em todos os lugares, principalmente com o avanço dos diferentes meios de comunicação. Porém, a partir de um olhar mais atento, compreende-se que esta difusão só pode ocorrer a partir de um intenso processo de concentração. Tal processo resulta na seguinte situação: três ou quatro grandes corporações de mídia e comunicação são responsáveis pela produção das informações e das imagens que vão percorrer o mundo todo. Se observarmos as capas dos jornais, as fotos que ali estão são idênticas, compradas das mesmas agências de notícias. É com este Império que a opinião pública pode ser, rapidamente, transmutada em interesse privado. O império da informação e da imagem é a realização do poder simbólico na sua forma mais plena. É a transformação da ideologia em habitus, em Poder Simbólico (Bourdieu, 2006).

² “E, insensivelmente, a televisão que se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação da realidade. Caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito-prescrito pela televisão. A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social”. (BORDIEU, 1992:29).

Para além do Império: retomando o diálogo entre Geografia e Geopolítica

Como pensar o ensino de geografia no mundo contemporâneo a partir destas problemáticas que apresentamos? Como construir estratégias didáticas que dialoguem criticamente como este Império da Informação e da Imagem que busca totalizar as diferentes formas de interpretação da realidade. Em nossa perspectiva, acreditamos que o arcabouço teórico-metodológico desenvolvido no âmbito da geopolítica se torna fundamental para que possamos ampliar os conhecimentos que os nossos alunos já possuem sobre determinados fenômenos. Por exemplo: o que mudaria na cabeça deles se lhes explicássemos que o Estado de Israel, na verdade, é um estado-tampão dos EUA no Oriente Médio? Ou, quem sabe, explicar a 2ª Guerra Mundial a partir do conceito de poder terrestre de Halford Mackinder? Ou quem sabe ainda explicar a expansão territorial das corporações e o controle social por meio da mídia, associando com o mundo pensado por George Orwell em seu livro “1984”? Acreditamos, assim como Vigotsky, que o papel dos professores é o de provocar os seus alunos, desestabilizando aquilo que parece como verdade consolidada, mas que pode esconder uma forma de controle ideológico.

Os conhecimentos geopolíticos não servem apenas para a leitura de fenômenos mundiais. O aluno deve compreender que as relações entre o poder e o território estão presentes cotidianamente. Servem para explicar os conflitos entre grupos rivais por um território com interesse econômico associado, assim como as relações no interior da escola e dos diferentes territórios que nela existem. Para isso, as categorias de estudos como “extensão territorial”, “população” e “posição geográfica” correlacionado com a linguagem cartográfica são de extrema importância para a materialização dos fenômenos. O mundo atual está aberto a todo tipo de possibilidades de investigação e de explicação, mas nunca a dimensão política dos fenômenos (seja ele local, regional ou global) teve tanta visibilidade e nunca se precisou tanto do olhar geográfico para desvendar a complexidade dos fatos em suas diferentes escalas.

Em uma atividade desenvolvida com alunos do 2º ano do ensino médio de uma escola pública de São Caetano do Sul, SP, foi proposto aos alunos que mapeassem a territorialidade dos principais grupos existentes na cidade, visto que o nível local traz em si o global, ou seja, “cada lugar é, à sua maneira, o mundo... A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central” (Santos, 1996, p.152). A construção deste o olhar espacial, geográfico, parte do pressuposto de que se deve dialogar com a realidade a partir de diferentes estratégias didáticas. Como aponta CALLAI, tal diálogo

Não pode ser através de um amontoado de assunto, ou lugares (parte do espaço), de temas soltos, sempre defasados ou de difícil compreensão pelos alunos (muitas vezes inacessíveis). Não pode ser através de descrição de lugares ou de fragmentos do espaço (1998, pg. 58)

O olhar espacial supõe desencadear o estudo das geograficidades dos alunos verificando também as múltiplas territorialidades inscritas nos bairros, na cidade, no lugar. No caso das atividades desenvolvidas com os alunos em São Caetano do Sul, foi necessário um trimestre de construção e desconstrução das noções elementares de cartografia do livro didático adotado na escola, que se limitava a questão da localização. Como romper com isso no ensino de geografia? Utilizamos algumas estratégias didáticas, entre elas, o jogo batalha naval. Neste jogo, a cartografia é concebida como um instrumento estratégico de domínio e de interesses expansionistas. Vejamos o caso da Grã-Bretanha, na qual a sua política expansionista estava

atrelada à marinha mais forte da época, com a qual estabeleceu colônias em todos os continentes e controlou também países da América Latina, que obtiveram a sua independência no começo do século XIX.

Além disso, se pensarmos na relação entre cartografia e geopolítica, o que dizer então do ensino das projeções cartográficas dos livros didáticos? Por que limitamos no ensino a resumir as leituras de mundo nos mapas de Mercator e de Peters? Como seria ensinar as leituras de mundo a partir do olhar de cá (Brasil), ou seja, o olhar geopolítico de Golbery do Couto e Silva, no qual o Brasil aparece no centro “geométrico” do mundo? Concebendo as projeções também como uma visão geopolítica do mundo, dominado por certos interesses e estratégias, encontramos muitos elementos de análise nas tiras e histórias em quadrinhos, em especial a “Mafalda”, criada pelo quadrinista argentino Quino. Mafalda é uma menina que vive a questionar o mundo e que tem os sentidos muito aguçados sobre aquilo que não vê sentido. Em muitas de suas histórias, põe-se a questionar as divisões geográficas do mundo. Nestes questionamentos, revela as intenções ocultas na cartografia e que demonstram a articulação entre os mapas e a geopolítica.



Figura 1- Nesta seqüência a personagem questiona e discute as questões ideológicas e as convenções geográficas. Essa foi uma das diversas tiras que utilizamos em nossas aulas e para facilitar a leitura e a análise dessa tira busca-se desenvolver uma relação entre cartografia e geopolítica.

A utilização destes materiais nos possibilitou ampliar as discussões acerca das relações entre cartografia e geopolítica a partir da construção de outro olhar sobre conteúdos de vivência dos alunos, como forma de, a partir do livro didático, superá-lo por meio da crítica que está posta na realidade. Pensando nisso, resolvemos trazer a cartografia e a geopolítica para discussão na escala da vivência dos nossos alunos. A atividade sobre a cidade de São Caetano do Sul teve como objetivo identificar e representar cartograficamente as múltiplas territorialidades inseridas no cotidiano dos bairros da cidade que, muitas vezes, são despercebidas por eles (alunos) ou visto como algo natural apenas. Como aponta CALLAI,

O bairro, a parte da cidade que não pode ser entendida a não ser no seu interior, é um dos lugares que está mais próximo do aluno, no qual ele convive com outras pessoas. Esse é um espaço que ele pode percorrer por completo e que tem grande significado para a sua vida, inclusive do ponto de vista da afetividade. (2010, pg.129)

Para tanto, em um primeiro momento, os alunos foram identificando os principais grupos, ou melhor, tribos (como os próprios alunos os denominavam) existentes na cidade e, a partir de um mapa de base, passaram a mapear a territorialidade dos mesmos. Tal mapeamento resultou do conhecimento que os alunos tinham das diversas ruas da cidade, de seus usos e vivências. Feito o mapeamento, construída a legenda, os alunos puderam analisar as diferenças territoriais de poderes existentes na cidade, ampliando assim a sua compreensão sobre as diferentes escalas espaços-temporais nas quais as relações entre o grupo e o território ocorrem. Além disso, a partir de um olhar sobre o lugar, sobre o espaço cotidiano de vivência e experiência, foi possível problematizar e mobilizar conceitos, conteúdos e habilidades fundamentais para a construção de uma visão geográfica do mundo. Neste sentido, aprendendo a pensar o espaço geográfico a partir do lugar, os alunos poderão descobrir o mundo, tendo a possibilidade de construir uma análise espacial e geopolítica que favoreça a construção de uma efetiva cidadania.

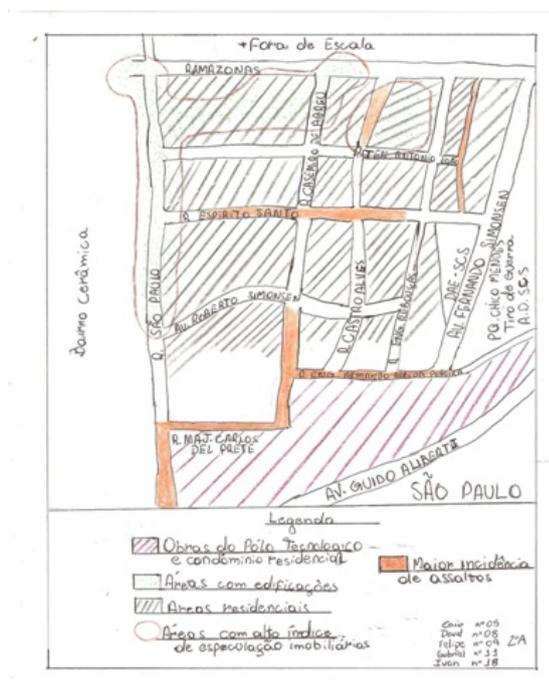


Figura 2 - Neste croqui está representada a realidade percebida pelos alunos no bairro Cerâmica e Centro.

Os jogos e a construção de situações didáticas

A utilização de jogos, sejam eles tradicionais ou eletrônicos, é também uma excelente oportunidade de construir situações didáticas para a retomada do diálogo entre geopolítica e geografia na educação básica. Em atividades desenvolvidas com alunos do 3º ano do Ensino Médio da mesma escola, com o intuito de explicar as configurações e as mudanças do poder entre a Velha e a Nova Ordem Mundial foi utilizada uma sequência de jogos com o intuito de criar situações didáticas estimulantes e que permitissem aos estudantes uma melhor compreensão da temática desenvolvida. De início, utilizou-se o jogo de xadrez para se caracterizar o período da Guerra Fria. Trata-se de um jogo de movimentos estratégicos. Para cada movimento do adversário, deve-se responder a ponto de neutralizar o respectivo movimento. Da mesma forma, durante o período da Guerra Fria, os movimentos das duas superpotências (EUA e URSS) tinham como objetivo avançar sobre as áreas de influências alheias, ao mesmo tempo em que pressupunham ações de neutralização por parte dos adversários. Não eram permitidas “jogadas bruscas”, nem ações impensadas. O desenvolvimento da energia atômica e sua aplicação na construção de bombas elevou a guerra a outro patamar, na qual a estratégia passou a ser determinante.

Com o fim da Guerra Fria, porém, esta estruturação do poder se alterou como resultado da inexistência do equilíbrio global. Como bem apontam vários analistas, a década de 1990 pode ser definida como a década dos EUA. Nela, em certa medida, os EUA se viram livres para agir em todo o mundo, inclusive em antigas áreas de influência da URSS. Porém, esta liberdade estadunidense pressunha uma nova responsabilidade que, por sua vez, exigia capacidade para exercê-la. Ao longo da década de 1990, pudemos perceber que, de fato, os EUA não possuíam esta capacidade. Para demonstrar esta situação, um dos jogos que podem ser utilizados é o tradicional “Detetive”. Distribuem-se papéis com os nomes ladrão, detetive e vítima para os alunos. Deve-se ter apenas um detetive, dois ou três ladrões e o restante de vítimas. Em uma sala com 35 alunos, se tornará quase impossível para o detetive encontrar os ladrões que aparecem por todos os lados. A partir desta situação, o professor poderá problematizar a dificuldade encontrada pelos EUA durante a década de 1990. Como “Xerifes do Mundo”, os EUA tiveram que se envolver, ao mesmo tempo, em diferentes conflitos espalhados pelo mundo (Bósnia, Somália, Colômbia). Além disso, os inimigos deixaram de ser Estados-Nacionais, identificados, localizados e passaram a ser grupos internacionais, redes “terroristas” que articulavam seus interesses em diversos territórios. Esta dificuldade enfrentada pelos EUA durante a década de 1990 foi um dos fatores responsáveis pela crise da hegemonia estadunidense que por ora verificamos.

Para contextualizar a organização do poder no século XXI, o professor poderá recorrer a mais dois jogos. O primeiro deles, um famoso jogo eletrônico, denominado Resident Evil, que conta a história de uma corporação transnacional chamada Umbrela. Tal corporação desenvolve experiências com o intuito de criar uma nova arma biológica. Durante estas experiências, ocorrem uma série de erros e o “vírus T” sai do controle, resultando na transformação de toda uma cidade em mortos-vivos. Porém, a corporação tem mais poder do que muitos Estados-Nacionais e consegue esconder o caso, a partir da manipulação dos meios de comunicação, mesmo a epidemia continuando fora de controle. A utilização deste jogo traz a análise de questões importantíssimas para se compreender a geopolítica contemporânea. De um lado, destaca-se o papel das corporações na definição da Nova Ordem Mundial. É evidente que desde o século XX, principalmente a partir da segunda metade, as grandes corporações têm

exercido um papel decisivo na organização do poder mundial. As mesmas ganharam maior poder a partir da implementação de reformas neoliberais que, ao entregar serviços públicos essenciais para o controle destas corporações, entregaram-lhe também o poder sobre as responsabilidades do Estado. Com tamanho poder em mãos, muitas corporações transformaram os Estados-Nacionais em seus reféns. Os interesses das corporações passaram a ser os interesses nacionais, o que pode ser facilmente percebido se analisarmos a participação das corporações de armas, petróleo, farmacêuticas, em alguns dos conflitos contemporâneos.

Além disso, o jogo traz uma outra questão importante, que seja, o desenvolvimento de novos armamentos, destacando-se o uso de armas químicas e biológicas. Aqui o professor tem uma excelente oportunidade de ampliar a discussão, levando-a para o campo da manipulação genética, da nanotecnologia, permitindo assim uma abordagem interdisciplinar.

Por fim, o professor pode retornar a um jogo clássico com o intuito de caracterizar a crise imobiliária que começou nos EUA em 2008 e afetou o mundo inteiro. O objetivo principal do jogo Banco Imobiliário é fazer com que os competidores se tornem cada vez mais ricos. Para isso, é necessário concentrar posses, riquezas, criando estratégias que levem os seus adversários à falência. Vale ressaltar que o título original do jogo em inglês é "Monopoly". Qual o significado de um Monopólio? Quais as conseqüências que um monopólio pode trazer para a economia e a vida das pessoas? O que acontece quando uma única empresa tem o poder de decidir sobre aquilo que envolve a vida de todos? A partir destas questões, o professor poderá construir com os alunos uma interpretação das diversas crises do capitalismo, do papel dos Bancos e das Corporações financeiras nos rumos de um país e na definição da Nova Ordem Mundial. Além disso, pode ampliar a discussão analisando o que tem ocorrido no Brasil com alguns setores, como a telefonia, que também exercem monopólio de fato e não de direito.

A utilização destes jogos em sequência pode permitir aos alunos a compreensão dos processos que envolvem a estruturação do poder mundial em diferentes momentos de uma maneira menos técnica e mais próxima dos anseios dos mesmos. Acreditamos, porém, que o objetivo não é apenas fazer da aula um movimento lúdico. O aprendizado deste temas requer empenho, leitura e ampliação das questões desenvolvidas por meio de indicação de textos, jornais, sites, livros. A proposta aqui apresentada configura-se, antes, como um ponto de partida, como uma forma de aproximar os alunos de questões complexas, mas que estão presentes em diferentes momentos na vida de nossos alunos.

Considerações Finais

Como conhecimentos estratégicos, geografia e geopolítica continuam restritos a determinados grupos que os utilizam como forma de manutenção e ampliação do poder territorial em diversas partes do mundo. Tem-se, reproduzido, portanto, a dicotomia tão bem descrito por Lacoste entre a Geografia dos Estados Maiores e a Geografia dos Professores. Não se trata, porém, da mera permanência de uma situação. O quadro que hoje enfrentamos no ensino de geografia é muito mais complexo, visto que o mundo também o é. Há que buscar, desta forma, novas maneiras de construir um ensino de geografia que seja capaz de possibilitar aos nossos alunos os desvendamentos das estratégias geográficas e geopolíticas do mundo contemporâneo.

Para tanto, acreditamos na necessidade de se retomar o diálogo profícuo entre geopolítica e a geografia. Tal retomada deve ir além daquilo que foi proposto por Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho. Não deve se resumir a construção de um projeto nacional ou "ao amor

pela pátria”. Seu intuito deve ser o de permitir, a todo homem e mulher, a construção de uma visão de mundo geográfica, capaz de compreender as intencionalidades dos diferentes processos territoriais e apontar outras formas e práticas sociais. Se hoje predominam no mundo a competitividade e a exploração, é fundamental que o ensino de geografia permita outro olhar sobre os homens e o mundo que tenha na solidariedade e no bem comum elementos essenciais.

Tal olhar, porém, não se constrói de forma ingênua. E é isto que a geopolítica nos traz. Se o mundo é cada vez mais dominado por ações territoriais, cabe-nos, como professores, construir, a partir da geopolítica, condições e estratégias para inverter a lógica dominante. É na ação cotidiana, em nossas escolas, por meio do ensino de geografia que podemos, apropriando-se destes saberes estratégicos, construir com os nossos alunos outro mundo possível.

Neste sentido, outro importante desafio no interior desta dinâmica diz respeito a repensar a relação entre pesquisa e ensino na formação de professores de geografia. Faz-se necessário romper, de forma definitiva, como esta dicotomia que separa as análises territoriais mais profundas das discussões referentes à formação de professores. Para que os futuros docentes possam desenvolver estratégias didáticas para a compreensão das dinâmicas geopolíticas do mundo atual, é preciso que os mesmos se apropriem do arcabouço teórico-metodológica desta ciência, bem como participem da construção deste conhecimento. Não é possível pensar em um pesquisador que não ensina ou em um professor que não pesquisa. No mundo marcado pelo império da imagem e da informação, a construção do conhecimento geográfico se faz a partir da adoção da pesquisa como ato cotidiano, capaz de romper com a unilateralidade do livro didático e do conhecimento que vem de cima para baixo.

Ao apresentarmos um pouco das experiências que temos desenvolvido na educação básica, buscamos partilhar com os atuais e futuros professores caminhos e possibilidades na construção de um conhecimento geográfico capaz de romper com os lugares comuns de algumas interpretações. Os resultados que obtivemos com os alunos, relatados em muitos momentos do cotidiano de sala de aula, são as provas fundamentais para que continuemos a acreditar na geografia que pesquisamos e ensinamos. Pois, de fato, é esta a nossa utopia: acreditar no ensino público e construir possibilidades de fazê-lo mais crítico e criativo.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manoel Correia. Geopolítica do Brasil. Campinas: Papyrus, 2001.

ARBEX, Jr. J. Showmalismo: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AZEVEDO, A. “A geografia a serviço da política” In: Boletim Paulista de Geografia, nº 21, São Paulo, Outubro de 1955.

_____. Geografia Humana do Brasil. 12ª edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

BORDIEU, P. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand, 2002.

_____. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARVALHO, D. “O Ensino de Geografia no Curso de Humanidades” In: Boletim Geográfico, Ano I, nº 10, Janeiro de 1944.

_____. “Evolução da Geografia Humana” In: Boletim Geográfico, Ano III, nº 33, Dezembro de

1945.

CASTROGIOVANNI, A.C; CALLAI, H.C; KAERCHER, N.A. Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 7ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2010.

COSTA, W. M. da. Geografia política e Geopolítica. São Paulo: Edusp, 2008.

DEBORD, G. A sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

KAECHER, Nestor André. Desafios e Utopias no Ensino de Geografia. 3ª edição. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

KIMURA, Shoko. Geografia no Ensino Básico. Questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

LACOSTE, Y. A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 6º edição. Campinas: Papirus, 2002.

MORAES, A. C. R. de. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? São Paulo: Contexto, 2006.

(QUINO) Joaquim S. Lavado. Toda a Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SANTOS, M. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1998

_____. Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec 1994.

_____. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.